

CAMÕES NOS PRELOS DE PORTUGAL E DA EUROPA (1569-2000)

A BIBLIOTECA CAMONIANA DE D. MANUEL II

José Augusto Cardoso Bernardes (Coordenador)

Hélio J. S. Alves

Isabel Almeida

Maria do Céu Fraga

Rui Afonso Mateus

Sheila Moura Hue

Thomas F. Earle

Vanda Anastácio

Imprensa da Universidade de Coimbra

2015

FOLHA ROSTO  
PROVISÓRIA

## I. O PROBLEMA DA EDIÇÃO PRÍNCIPEPS E AS EDIÇÕES DO SÉCULO XVI

Hélio J. S. Alves

### Resumo

Passam-se em revista as questões relativas à primeira edição d'*Os Lusíadas*, em particular as diferenças entre os exemplares conhecidos, à luz da mais recente bibliografia. As edições comentadas, a “dos piscos” (1584) e a seguinte (1591), são tratadas como um par, pelas semelhanças de origem e propósito, não obstante diferenças significativas da segunda em relação à primeira. A última edição portuguesa quinhentista da epopeia camoniana (1597) é objecto dum revalorização, não só pelas intervenções muito menores da Censura inquisitorial, manifestadas no parecer do padre revedor, mas sobretudo pela qualidade poética de alguns dos novos versos introduzidos.

### Summary

The problems of the first edition of *Os Lusíadas* are reviewed, in particular the differences between the known copies of the poem, in the light of the most recent bibliography. The editions with commentaries, the so-called “dos piscos” edition of 1584 and its successor of 1591, are treated as a pair, because of their similarities of origin and purpose, notwithstanding the latter’s significant differences with respect to the former. The last 16th-century Portuguese edition of the Camonian epic (1597) is subject to a revalorization, not just because of the far fewer interventions of the Inquisition’s censorship, expressed in the censor’s introductory text, but especially because of the poetic quality of some of the new lines inserted in the middle of Camões’s text.

### A PRIMEIRA EDIÇÃO (1572)

Em «ano prolífico» para António Gonçalves, como escreveu K. David Jackson,<sup>2</sup> o tipógrafo de Lisboa deu à luz *Os Lusíadas de Luís de Camões* [1]<sup>3</sup>. Um manuscrito aprovado do poema deve

<sup>2</sup> Por indicação expressa do autor, nos trabalhos por si assinados não foi adoptado o Acordo Ortográfico de 1990.

<sup>3</sup> “Luís de Camões e a Primeira Edição d’*Os Lusíadas*, 1572. Uma Introdução ao CD-ROM”, in K. David Jackson, *Camões and the First Edition of ‘The Lusiads’, 1572*, CD-ROM, University of Massachusetts Dartmouth, 2003, p. 12.

<sup>3</sup> Doravante, coloca-se entre [ ] o número que a edição camoniana citada assume no Catálogo.

ter entrado na tipografia nos últimos meses de 1571, dado que o alvará régio, impresso no volume, é de 24 de Setembro desse ano. Entre a data de entrada do manuscrito e a saída dos exemplares terão decorrido poucos meses. É provável que em Março de 1572 estivessem já prontos alguns volumes de *Os Lusíadas*, pois a tença concedida ao poeta em Julho, que fala no «engenho», «habilidade» e «suficiência» do seu desempenho como escritor das coisas da Índia, tem valor retroactivo a partir daquele mês.<sup>4</sup>

Tudo o que se publicou sobre as pessoas e razões ligadas à escolha desse tipógrafo, sobre quem e como custeou a obra, a intervenção que teve o poeta na edição e as circunstâncias biográficas que a propiciaram é especulativo. Apenas se pode ter a certeza, pelas datas documentadas e pelas características físicas dos exemplares conhecidos, de que António Gonçalves procurou incumbir-se da tarefa o mais expedientemente possível. Quem se debruçou sobre o assunto falou em alto patrocínio ao mesmo tempo que considerou a publicação um acto quase subversivo;<sup>5</sup> muitos houve que defenderam a tese do reconhecimento universal do autor, enquanto este passava, na fome e na miséria, cercado de inimigos, os últimos anos da vida. Não é clara a conciliação e a compatibilidade mútua dessas visões, as mais das vezes apresentadas pelo mesmo autor ao mesmo tempo. De qualquer maneira, todas deixam muito a desejar em grau de fiabilidade e rigor.<sup>6</sup> Têm geralmente o defeito comum de pretenderem que todas as atenções se dirigiam então para a produção e divulgação da epopeia camoniana. Porém, o período de 1571-72 foi «prolífico», porque António Gonçalves se ocupou de vários livros importantes quase ao mesmo tempo, com uma intensidade de trabalho que a sua oficina não teve antes nem voltaria a ter depois. O Livro I do *Espejo del Principe Christiano* de Francisco de Monzón, o *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo* e o *De Rebus Emmanuelis Gestis* de Jerónimo

<sup>4</sup> Documento transscrito pela primeira vez na edição das *Obras de Luís de Camões* elaborada pelo Visconde de Juromenha, 1860-69, BDMII 1368-1373. [96]

<sup>5</sup> António José Saraiva defendia que a edição de 1572 fora o resultado dum “conspiração de palácio antijesuítica”, com o apoio da rainha D. Catarina, dos Condes de Vimioso e dos Dominicanos (“Introdução” a *Os Lusíadas*, Porto: Figueirinhas, 1978).

<sup>6</sup> A atractiva tese de Saraiva, por exemplo, além de improvada, não parece ter em conta muitos dados históricos importantes. António Gonçalves imprimiu em 1571-72 uma obra paga pelo Cardeal-Infante D. Henrique (o *De Rebus de Osório* a que voltarei adiante), enquanto noutra aparece como impressor oficial do Arcebispo de Lisboa, ambos improváveis adversários dos jesuítas. Além disso, o antijesuitismo de Camões é uma tese, assente em bases exígues e fragilíssimas, do liberalismo oitocentista e dos seus resquícios posteriores, interessados em puxar para as suas causas a figura do grande poeta nacional.